

NOTÍCIAS DA
FEDERAÇÃO

agosto 2013

Diretor João Dias da Silva



fne



2012
2013

MAIS UM
MAU
ANO

PARA A
EDUCAÇÃO

agosto 2013

proprietário

Federação Nacional da Educação

diretor

João Dias da Silva

editor

Pedro Barreiros

produção de conteúdos

Fátima Martins, Lucinda Manuela, José Ricardo, Paulo Amadeu, João Ramalho, Arminda Bragança, Alexandre Dias, Joaquim Santos

secretariado

Teresa Morais e Teresa Burnay

sindicatos membros

Sindicato dos Professores da Zona Norte * Sindicato dos Professores da Zona Centro * Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo * Sindicato Democrático dos Professores do Sul * Sindicato Democrático dos Professores dos Açores * Sindicato Democrático dos Professores da Madeira * Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas * Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte * Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro * Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

departamentoadministrativo e financeiro
Joaquim Fernandes**redação**Rua Costa Cabral, 1035 *
4200-226 Porto * tel.
225073880 * fax. 225092906
* secretariado@fne.pt**produção gráfica e**paginação
Rafael Marques

AÇÃO REIVINDICATIVA DA FNE NÃO PÁRA SOLICITADAS REUNIÕES AOS GRUPOS PARLAMENTARES

Após o último processo negocial com o Ministério da Educação e Ciência que se traduziu num compromisso conjunto de salvaguarda da plena utilização no sistema educativo de todos os docentes e da garantia do respeito pelo tempo de trabalho direto com os alunos, a FNE prossegue a sua ação reivindicativa, agora junto dos grupos parlamentares e associações.

Consideramos que o resultado final deste esforço negocial promovido pelos sindicatos respeita os professores, os alunos, as famílias e um sistema educativo de qualidade e sustentável. Contudo, representa apenas uma etapa e um esforço coletivo em torno de objetivos que garantam a estabilidade e a valorização dos profissionais da educação. Nesse sentido foram solicitadas uma série de reuniões junto dos grupos parlamentares, das associações de pais e de diretores escolares.



LUÍS FILIPE MENESES MANIFESTOU COMPREENSÃO EM RELAÇÃO À GREVE DOS PROFESSORES

No âmbito da candidatura à Câmara Municipal do Porto, Luís Filipe Meneses deslocou-se à sede da FNE, no Porto, onde esteve reunido com o secretário-geral da FNE, para uma breve conversa sobre os principais problemas que o setor da Educação atravessa. O candidato do PSD à autarquia da invicta mostrou particular interesse em discutir os efeitos dos sucessivos cortes que o setor tem sofrido e as recentes propostas do Governo de requalificação dos trabalhadores da administração pública e de aumento do horário de trabalho. Depois de traçado o cenário atual pelo secretário-geral da FNE, o ainda presidente da Câmara Municipal de Gaia acabaria por manifestar compreensão em relação às ações de luta previstas para junho, nomeadamente a greve geral de professores de 17 de junho.

Na reunião, João Dias da Silva teve ainda oportunidade de lembrar os desafios que se colocam aos sindicatos e sublinhou a importância da campanha **“Precisamos de outras políticas – a Educação em ação por um futuro melhor”**, como mecanismo de esclarecimento e sensibilização dos trabalhadores da educação.

Em jeito de conclusão ficou claro que é objetivo de ambos considerar a Educação como um projeto de longo prazo, sobre o qual é urgente definir estratégias e objetivos a atingir.



ÍNDICE

3 - EDITORIAL • 4, 5 - 1ª CONVENÇÃO FNE/CONFAP - UM COMPROMISSO COM O FUTURO • 6, 7, 8, 9 - PROCESSO NEGOCIAL COM MEC RESULTOU EM COMPROMISSO DE ESTABILIDADE • 10, 11 - MANIFESTAÇÃO NACIONAL DE 15 DE JUNHO - MILHARES DE PROFESSORES MANIFESTARAM-SE EM LISBOA PARA EXIGIR OUTRAS POLÍTICAS • 12, 13 - ENTRE 27 DE MAIO E 14 DE JUNHO OS SINDICATOS DA FNE PRECONIZARAM UMA FORTE CAMPANHA NAS ESCOLAS • 14, 15 - TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO EM LUTA NO 1º DE MAIO | CONCENTRAÇÃO E CORDÃO HUMANO EM FRENTE AO MEC MARCARAM A DIFERENÇA • 16, 17, 18, 19 - INTERNACIONAL • 20 - SECRETARIADO NACIONAL SUBLINHA RESULTADOS DOS PROCESSOS NEGOCIAIS E DE LUTA • 21 - LIVRO E DVD COMEMORATIVOS DO 30º ANIVERSÁRIO DA FNE • 22 - PROTOCOLOS FNE - MGEN • 23 - NEGOCIAÇÕES NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA • 24 - PROPOSTA DE REVISÃO DA AEEP É UM RECUIO DE MAIS DE DUAS DÉCADAS NAS CONDIÇÕES DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO PARTICULAR E COOPERATIVO • 25 - A REQUALIFICAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A INCONSTITUCIONALIDADE DO EVENTUAL DESPEDIMENTO DOS TRABALHADORES NOMEADOS • 26 - PROTOCOLOS FNE - OPTIMUS • 27 - ISET - INSTITUTO DE EDUCAÇÃO EM EDUCAÇÃO E TRABALHO • 28 - PROTOCOLOS FNE - CARTÃO ITIC (CARTÃO INTERNACIONAL DE PROFESSOR) • 29 - FNE DENUNCIA MEDIDAS ANTI PEDAGÓGICAS • 30 - PROVA DE ACESSO À PROFISSÃO DOCENTE É UM CONTRA-SENSO • 31 - NOVO REGIME DE FORMAÇÃO CONTÍNUA EM DISCUSSÃO COM O MEC

Editorial



BALANÇO DE MAIS UM MAU ANO PARA A EDUCAÇÃO

Já vai sendo habitual – infelizmente – que cada ano letivo termine com um balanço negativo. Este ano de 2012-2013 não foge a esta regra.

Acumulámos, até ao final de 2012, uma quebra de 5% no peso da Educação no PIB nacional. Este foi o resultado da conjugação de uma série de decisões políticas que tiveram como única finalidade a diminuição das despesas neste setor, sem se proceder à necessária seleção entre medidas que fossem nucleares e essenciais e que portanto deveriam ser mantidas, e outras que pudessem ter sido identificadas como acessórias e dispensáveis e que, essas sim, deveriam ter sido anuladas.

A verdade é que o quadro nacional, em termos orçamentais e financeiros, permaneceu inalterado ao longo de todo este ano letivo, com predominância de medidas cegas de corte nas despesas, sem se terem em linha de conta outras políticas viradas para o crescimento e o desenvolvimento, nomeadamente, na área da educação, em termos de crescimento das qualificações dos portugueses adultos, do combate ao abandono escolar precoce, da promoção de mais sucesso educativo consistente e duradouro, de retenção na profissão docente dos mais experientes. E esta verificação de que as medidas económico-financeiras adotadas ao longo dos últimos dois anos eram desajustadas e não apontavam no sentido desejado e anunciado foi feita pelo próprio ministro das Finanças que as impôs ao longo deste período de tempo, no momento em que pediu a demissão do cargo. Veio, assim, o ex-ministro Vítor Gaspar dar plena razão àquilo que a FNE foi afirmando ao longo de todo este tempo: as medidas eram erradas e teria sido necessário adotar outras políticas.

A prática de outros governos anteriores manteve-se, ao longo deste não letivo, e com este ministério da educação e ciência, com medidas políticas avulsas, determinadas sem preparação e envolvimento dos diferentes parceiros, na convicção solitária de que quem manda tem razão.

Entre outros, foi o caso do absurdo concurso extraordinário de vinculação, foi o caso da imposição da nova geografia dos quadros de zona pedagógica, foi o caso da revisão curricular apressada e foi o caso do despacho de organização do ano letivo.

Mas também foi a ausência de medidas simples e respeitadoras das pessoas, nomeadamente na desburocratização das nossas escolas, na transparência dos procedimentos, na garantia do acesso à formação contínua, na clareza da gestão das pessoas, particularmente dos assistentes técnicos e dos chefes de serviços de administração escolar.

Mas também foi o prosseguimento de uma política de esvaziamento da oferta de ensino português no estrangeiro, apenas justificável pela preocupação de diminuição de despesas, e negligenciando a responsabilidade de promoção da língua e da cultura portuguesas, nomeadamente entre as nossas comunidades no estrangeiro.

A verdade é que os docentes portugueses quiseram dizer de uma forma clara e inequívoca que, por este caminho, a educação é todos os dias posta em causa. Foi para dizerem que não aceitam que os professores sejam desvalorizados que todos deram expressão significativa, quer à greve às reuniões de avaliação, quer às manifestação nacional de 15 de junho, quer à greve nacional de 17 de junho.

Valeu a pena! Foi possível suster algumas medidas.

No final das negociações, em 25 de junho, uma ata de conclusão desse processo assumiu uma série de compromissos significativos: o tempo de trabalho letivo e não letivo de estabelecimento não será aumentado; a função de direção de turma mantém-se na componente letiva; são assumidas como letivas atividades desenvolvidas pelos docentes, em relação direta com os seus alunos, e fora dos tempos curriculares; a eventual aplicação do sistema de requalificação profissional fica adiada para fevereiro de 2015, e depois de um período de avaliação de várias medidas que visam envolver os docentes portugueses em respostas educativas para as quais têm a formação adequada, evitando-se desta forma o despedimento de quem faz falta para o desenvolvimento nacional.

O tempo que temos pela frente não é fácil. Não é fácil para o País e em função dos compromissos a que tem de responder. Não é fácil para os decisores políticos, aos quais se exige uma política de diálogo e de busca convergente de soluções e de envolvimento de todos na escolha dos caminhos que devem ser percorridos. Não é fácil para os diferentes parceiros sociais que têm de saber destringir o que podem ser interesses imediatos daquilo que devem ser políticas duradouras, responsáveis e estáveis de crescimento e de emprego.

No balanço do mau que foi este ano, temos de extrair a força com que combateremos no sentido de se obter melhor futuro para todos.

João Dias da Silva
Secretário-Geral

fne



I CONVENÇÃO NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE PARA TODOS



1ª CONVENÇÃO FNE/CONFAP UM COMPROMISSO COM O FUTURO

A FNE e a CONFAP assumiram no passado mês de abril o compromisso de manter no futuro uma parceria entre as duas organizações com vista à defesa da escola pública.

O anúncio foi feito no final dos trabalhos da 1ª Convenção FNE/CONFAP que reuniu no Porto mais de duas centenas de participantes entre pais, professores e trabalhadores não docentes. No final ficou a certeza de que apesar dos avanços obtidos, há muito trabalho a fazer para cumprir o objetivo da universalidade na Educação

Professores, pais e não docentes reuniram-se no passado dia 6 de abril em nome de uma Educação de qualidade para todos. Durante todo o dia a 1ª Convenção FNE/CONFAP, que decorreu no Porto, serviu de palco a um aceso debate sobre os desafios do setor.

Albino Almeida, presidente da CONFAP sublinhou a importância de percorrer este caminho comum. “É um caminho que será feito de amores e amuos, mas esta parceria não vai parar”, garantiu o líder da CONFAP naquela que foi a sua última intervenção pública como representante máximo da Confederação Nacional das Associações de Pais.

Em sintonia com a CONFAP esteve também a FNE. O secretário-geral da Federação defendeu a união de todos os agentes educativos como forma eficaz de enfrentar a

adversidade. “Precisamos de pontos de encontro que mobilizem e dêem confiança às pessoas”, referiu.

Aproveitando a presença do secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário o líder da FNE lançou um desafio à tutela. João Dias da Silva considerou que urge acabar com a indecisão relativamente à formação contínua de todos os trabalhadores da educação. “Chega de indecisão sobre o que o Governo quer fazer relativamente à formação”, frisou o secretário-geral da FNE.

A Carlos Guimarães do STAEZLN coube a tarefa de falar em nome dos não docentes, para uma vez mais, apelar ao Ministério da Educação para que não se esqueça da importância destes profissionais no funcionamento diário das escolas. “São exigentes os desafios colocados a estes trabalhadores no cumprimento dos elevados padrões de qualidade que são pedidos às escolas mas nem sempre devidamente recompensados”, afirmou.

No final, João Grancho, secretário de Estado Ensino Básico e Secundário encerrou os trabalhos e perante uma plateia de duas centenas de participantes elencou os progressos conseguidos nos últimos anos. Para a tutela a Educação está no bom caminho mas João Grancho advertiu que “temos ainda um longo caminho a percorrer que implica a consolidação de um sistema de ensino de qualidade”.

PELA CONVENÇÃO PASSARAM DIVERSOS CONVIDADOS

“Eu não quero esquecer os erros mas não podemos ignorar aquilo que foi bem feito na Educação”, disse David Justino aos participantes. A frase marcou, de resto, toda a intervenção do ex-ministro da Educação que defendeu a tese de uma evolução positiva do sistema de ensino em Portugal. Para David Justino os factos não deixam dúvidas, nomeadamente em matéria de abandono escolar precoce onde, em 1991, a taxa de abandono situava-se nos 63% e os últimos números, relativos a 2011, demonstram que a taxa de abandono escolar precoce, em Portugal, situa-se nos 27%. “Atualmente temos uma taxa de abandono escolar precoce inferior à Espanha”, afirmou.

David Justino defendeu ainda uma melhoria da qualidade do ensino, assente na modernização do parque escolar e numa nova cultura de funcionamento. “ Nós temos agora melhor organização escolar. De um modo geral o ambiente físico das escolas é hoje muito melhor. Há uma nova cultura escolar e as escolas estão agora mais abertas a toda a comunidade”, sublinhou o professor catedrático.

A ESCOLA E O PODER LOCAL – AUTARCAS CRITICAM FALTA DE INVESTIMENTO

Guilherme Pinto, presidente da Câmara Municipal de Matosinhos e Celso Ferreira, presidente da Câmara Municipal de Paredes representaram o poder local nesta convenção. No 1º painel do dia, o autarca de Matosinhos aludiu à importância que a Educação sempre mereceu nas políticas da autarquia e lembrou o investimento na rede escolar feita no concelho nos últimos anos. “Sabíamos que era preciso marcar a diferença”, afirmou o autarca. Guilherme Pinto revelou ainda que o setor permanece como uma aposta de futuro. “A minha ambição é fazer das escolas do concelho o centro nevrálgico de toda a comunidade matosinhense. Pais, professores e autarcas devem contribuir para unir a comunidade”, defendeu o presidente da Câmara de Matosinhos.

Celso Ferreira, presidente da Câmara de Paredes aproveitou a plateia de pais, professores e não docentes para tecer duras críticas ao desempenho do Governo e do Ministério da Educação e à ausência de políticas. “Eu ainda não percebi qual é o papel que o Governo tem para os municípios”, afirmou. O autarca de Paredes demonstrou-se ainda dececionado com a falta de investimento em Educação e ameaçou abandonar as políticas concelhias que têm vindo a ser implementadas, nomeadamente as relativas ao combate ao insucesso escolar. “Tenho profundas reservas sobre o destino que está reservado para a Educação”, desabafou.

O ENSINO SUPERIOR E OS DESAFIOS ÀS ESCOLAS

Os trabalhos da convenção prosseguiram da parte da tarde com a intervenção (através da projeção de um vídeo) do presidente do Tribunal de Contas. Guilherme de Oliveira Martins destacou a importância da Educação como motor de uma sociedade e aludiu à necessidade de o Estado garantir a igualdade de acesso a uma escola pública de qualidade e universal.

O ensino superior esteve depois em destaque com uma intervenção da vice – reitora da Universidade do Porto. Maria de Lurdes Fernandes defendeu que a qualidade de uma educação pública para todos é também uma preocupação e um desafio para o Ensino Superior. “Ao estarmos a apostar no futuro, temos de saber em que tipo de futuro estamos a apostar”, aludiu a vice-reitora.

No painel da tarde houve oportunidade de devolver a palavra às escolas através das intervenções dos diversos profissionais que todos os dias enfrentam os obstáculos inerentes à profissão. Diretores, Psicólogos, Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais falaram das experiências e dificuldades sentidas nas escolas. Destaque para a exigência de uma aposta clara na formação profissional dos não docentes.



5 de fevereiro
Concentração à porta do MEC – Alerta Público pela Educação está em marcha

26 de fevereiro
FNE reúne com o MEC na sequência do Alerta Público

22 de março
FNE reúne com Nuno Crato com cortes para o setor e ameaça de mobilidade especial na agenda

21 de maio
Reunião do Secretariado Nacional extraordinário que convoca greve às avaliações, greve geral e manifestação nacional para o mês de junho

27 de maio
Apresentação pública da campanha “Precisamos de outras políticas – a educação em ação por um futuro melhor

6 de junho
FNE retoma negociações com o Governo para discutir proposta de requalificação de professores

13 de junho
É enviado ao MEC pedido de negociação suplementar

17 de junho
Greve geral de professores

25 de junho
Encerram as negociações da requalificação com a assinatura de um compromisso

9 de janeiro

FNE emite comunicado onde denuncia a ameaça de dispensa de 30 a 50 mil funcionários do sistema educativo

13 de fevereiro

FNE reúne com o MEC e exige respeito pelo limite do tempo de trabalho dos docentes

21 de março

FNE emite comunicado onde exige estabilidade e recusa mobilidade especial de docentes

17 de abril

Reunião no Ministério da Educação para discutir medidas de intervenção nas situações de professores sem componente letiva

23 de maio

1ª Reunião de negociação para discutir proposta de requalificação dos professores

27 de maio a 14 de junho

Realização de plenários, ações de esclarecimento e sensibilização para as greves e manifestação nacional

De 7 a 14 de junho

Greve às avaliações

15 de junho

Manifestação Nacional de professores em Lisboa

24 de junho

Avança a negociação suplementar da proposta de requalificação

PROCESSO NEGOCIAL COM MEC RESULTOU EM COMPROMISSO DE ESTABILIDADE

A proposta de lei do Governo conhecida durante o mês de maio e que pretendia substituir a figura da mobilidade especial pela da requalificação profissional mereceu, desde o início, a nossa mais viva reprovção. Tratava-se de uma violação ilegal, unilateral e inaceitável do contrato entre o Estado e os seus trabalhadores.

Mal foi conhecido o teor da proposta exigimos uma negociação específica com as organizações sindicais do setor, uma vez que estávamos perante uma tentativa encapotada de uma revisão do Estatuto da Carreira Docente sem que os sindicatos fossem chamados a pronunciar-se. Em suma, as propostas que foram conhecidas durante o passado mês de maio não faziam mais do que prosseguir na lógica até aqui adotada pelo Governo de tudo justificar por insuficiência orçamental, sem que conheçam quaisquer pressupostos, estudos ou critérios acerca da configuração dos serviços públicos em Portugal. Prosseguiram as políticas para poupar e para cortar, sem quaisquer preocupações de garantia de serviços públicos de qualidade, em particular na Educação. Sempre dissemos que em termos de Educação não há professores excedentários e que continuamos a precisar de todos os professores para garantir respostas educativas de qualidade e de equidade.

REQUALIFICAR QUEM?

O Ministério da Educação detinha a informação suficiente para saber que não há professores que tenham de ser colocados num qualquer regime de mobilidade especial/requalificação profissional, pelo que não fazia sentido estar a recair sobre eles uma tal ameaça. Era essencial garantir um compromisso público de que esta ameaça não se verificaria. Em relação à organização do tempo de trabalho na administração pública, entendemos que não há razões para que se determine o seu crescimento para as 40 horas. No caso concreto dos professores era inteiramente inaceitável e reprovável que se aumentasse o tempo da componente letiva.

SECRETARIADO NACIONAL APROVOU AÇÕES DE LUTA

Estávamos perante um conjunto de propostas totalmente inaceitáveis e que mereciam uma total reprovção. O momento que se vivia levou à convocação de um

Secretariado Nacional extraordinário da FNE para analisar estas questões e decidir qual iria ser a atuação no futuro. Ao fim de 4 horas de análise das proposta e de auscultação aos sindicatos, o Secretariado Nacional decidia convocar greve ao serviço de avaliações para os dias 11,12,13,e,14 de junho, uma greve geral de professores a 17 de junho e a participação numa grande manifestação nacional de professores a 15 de junho em conjunto com outras organizações sindicais. Em simultâneo a FNE mantinha a campanha nacional “A Educação em ação por um futuro melhor”, garantia a sua participação nas ações de contestação e luta promovidas pela FESAP e pela UGT e assegurava a contestação jurídica das medidas que o Governo pretendia implementar.

NEGOCIAÇÕES ARRANCAM EM CLIMA DE TENSÃO

A 23 de maio Governo e sindicatos começam a negociar a aplicação da mobilidade especial (agora designada por requalificação), no ensino. Em cima da mesa estava uma proposta do executivo que previa a transferência de docentes, em caso de ausência de componente letiva atribuída, para uma qualquer escola do país e sem concurso prévio. Uma clara ilegalidade e uma violação do acordo estabelecido em 2012 para o diploma de concursos, que prevê que docentes vinculados a quadro de escola sem horário concorram apenas ao concelho onde estão colocados.

A primeira ronda negocial termina sem que se vislumbre a mínima hipótese de obtenção de um acordo com a tutela. Na reunião, que juntou o secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, João Casanova de Almeida e o secretário de Estado da administração Pública, Hélder Rosalino, o Governo manteve o princípio da requalificação numa proposta que se saldava numa evolução para pior daquilo que era o regime de mobilidade especial. Uma espécie de via rápida para o desemprego que os sindicatos não iriam permitir que se concretizasse.

Governo e sindicatos afastavam-se, pelo meio ficava uma proposta bastante inegociável. Os sindicatos abandonam o primeiro dia de negociações com o aviso de que não vão aceitar a aplicação da mobilidade aos professores e endurecem a luta, antecipando a já anunciada greve às avaliações para 7 de junho, o último dia de aulas deste ano letivo.

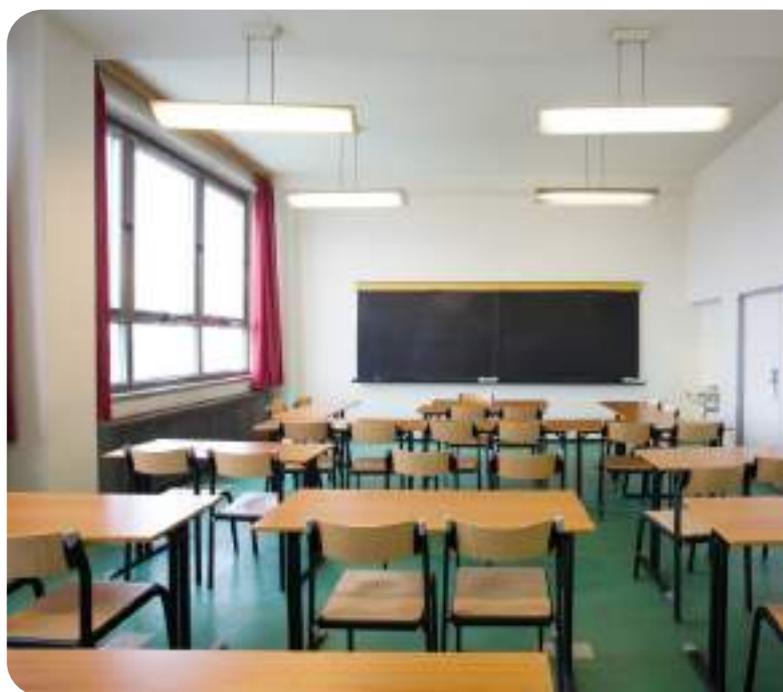
A GUERRA DOS SERVIÇOS MÍNIMOS

Após o fracasso da primeira ronda negocial, o Ministério da Educação anuncia ter começado as diligências necessárias para estabelecer os serviços mínimos para a greve de 17 de junho, numa tentativa de garantir a realização do exame de Português do 12º ano. Os sindicatos recebem um pedido do Governo para que estipulem os serviços mínimos que considerem necessários. A FNE recusa enviar à tutela uma proposta de serviços mínimos e alega que o pedido não cumpre os requisitos legais exigidos e que o Governo não procedeu em conformidade com o que a lei estabelece. Sem acordo, os sindicatos são chamados à Direção-Geral da Administração e Emprego Público, onde uma vez mais não há acordo. O passo seguinte foi a nomeação de um colégio arbitral que viria a decidir pela não determinação dos serviços mínimos.

SINDICATOS RETOMAM NEGOCIAÇÕES NA VÉSPERA DA GREVE ÀS AVALIAÇÕES

Com o início da greve às avaliações marcado para o último dia de aulas, os sindicatos e o ministério da educação retomam as negociações a 6 de junho. O MEC endurece o discurso e o ministro Nuno Crato ameaça recorrer à requisição civil para garantir a realização do exame de 17 de junho e acusa os sindicatos de gerar instabilidade junto das escolas e dos alunos. A FNE separa as águas e defende que o recurso à greve foi “maduramente ponderado” e que o dia foi escolhido porque foi essa a altura em que o Governo decide discutir propostas radicais que acabam com a segurança de emprego e que põem em causa acordos feitos no passado. Esta era a única oportunidade dada aos sindicatos para contestar estas medidas.

A ronda negocial de 6 de junho arranca com a FNE a reafirmar que estávamos perante um diploma que não resolvia a questão que tinha originado a contestação e que alterava radicalmente de paradigma no vínculo laboral dos trabalhadores da administração pública, transformando um regime de estabilidade e segurança numa situação de total instabilidade. A última reunião de negociação termina sem que haja aproximação entre Governo e sindicatos. A FNE reafirma a necessidade de avançar com a greve às avaliações e a greve geral de 17 de junho. “A FNE defraudaria as expectativas dos professores se admitisse e desse o braço a um diploma que permite o despedimento”, afirmava aos jornalistas o secretário-geral à saída do último dia das negociações.



PROFESSORES MOSTRAM CARTÃO VERMELHO À TUTELA COM UMA GREVE SEM PRECEDENTES

A greve às avaliações preconizada pelos professores entre 7 e 14 de junho ultrapassou todas as expectativas. A forma como os professores se organizaram e se solidarizaram entre colegas permitiu que não se realizassem as reuniões previstas para a primeira semana após o final do ano letivo. Centenas de reuniões foram sendo sucessivamente adiadas numa paralisação histórica e que ultrapassou os 90% de adesão.

A greve às avaliações foi ainda alvo de diversas manifestações de solidariedade por parte de sindicatos internacionais. Dezenas de organizações sindicais estrangeiras remeteram cartas ao primeiro-ministro e ao ministro da Educação a manifestarem total solidariedade para com os professores portugueses que travavam uma luta contra a mobilidade especial e o aumento do horário semanal para as 40 horas.





FACE AOS NÚMEROS DA GREVE NUNO CRATO ABRE A PORTA A NOVO DIÁLOGO

Já a FNE tinha enviado ao MEC o pedido de negociação suplementar, quando o ministro Nuno Crato anuncia, numa entrevista à RTP, que teria intenções de marcar reuniões com os sindicatos para voltar a discutir a proposta de requalificação. Estávamos a poucos dias de avançar a greve geral, coincidente com o exame de Português de 12º ano. A tutela avança com a convocação de todos os professores para vigiar as provas e Nuno Crato sublinha que tudo fará para que todos os alunos possam fazer exame a 17 de junho.

A 14 de junho os sindicatos são convocados para uma reunião na 5 de Outubro para tratar de questões relativas ao calendário de exames. O MEC tentava assim dissuadir os sindicatos da greve geral, fazendo-os assumir um compromisso de que não marcariam qualquer greve até ao final da época de exames. A proposta da tutela significava um cheque em branco ao Governo sem que os sindicatos tivessem qualquer tipo de garantias sobre o teor das matérias e das propostas em cima da mesa nas semanas seguintes. A FNE obviamente recusou. A greve manteve-se e na terça-feira, 17 de junho, 30 % dos alunos não fizeram exame de Português e muitos dos que o fizeram, fizeram-no em condições que pouco dignificam a escola pública. A tutela é obrigada a agendar nova data para os alunos, cerca de 20 mil, que não tiveram condições de realizar o exame. O conflito entre sindicatos e ministério da Educação intensifica-se e Nuno Crato marca a negociação suplementar para o dia 24 de junho. Pelo meio, e à cautela, o ministério antecipa o exame de Matemática do 6º e 9º anos para o dia 26 de junho, o dia anterior à greve geral.

DOIS DIAS DE NEGOCIAÇÃO SUPLEMENTAR RESULTAM EM ENTENDIMENTO

Foi já no segundo dia de negociação suplementar que o entendimento foi conseguido. Ao fim de um longo e penoso processo negocial, a FNE assegura um compromisso que salvaguarda o futuro dos professores face à ameaça da mobilidade/requalificação e ao aumento do horário de trabalho. Destacam-se os principais ganhos:

- Os professores conseguem escapar à mobilidade especial. Além da entrada em vigor ser adiada para 2015, serão adotadas uma série de medidas que permitem reduzir a zero o número de professores sem componente letiva atribuída.
- As atividades como as aulas de apoio ou coadjuvação passam a ser consideradas componente letiva, mesmo para quem não tem turmas atribuídas. Esta é uma das principais medidas com que se pretendem eliminar os horários zero.
- O aumento do horário de trabalho para as 40 horas não afeta a componente letiva. É no período individual de trabalho dos docentes que se vai traduzir o aumento das 5 horas semanais.
- Na proposta inicial do MEC os professores dos quadros sem turma atribuída podiam ser obrigados a deslocar-se mais de 200 quilómetros. Agora vai aplicar-se a regra da Função Pública, que determina um máximo de 60 km.
- O tempo que os diretores de turma tinham para tratar de assuntos da turma volta a ser considerado na componente letiva.

MANIFESTAÇÃO NACIONAL DE 15 DE JUNHO MILHARES DE PROFESSORES MANIFESTARAM-SE EM LISBOA PARA EXIGIR OUTRAS POLÍTICAS

Foram milhares os professores que a 15 de junho desfilaram entre o Marquês do Pombal e os Restauradores para dizer ao Governo que é urgente outras políticas e para contestar a mobilidade especial e o aumento do horário de trabalho dos docentes.

Numa altura conturbada em que o setor da Educação sofre fortes penalizações a resposta dada pelos trabalhadores da educação às recentes propostas do Governo traduziu-se num enorme e ruidoso protesto, convocado por todos os sindicatos da Educação, que desfilou até aos Restauradores, demonstrando deste modo que não desistem desta luta e do combate a medidas que destroem a escola pública.

O desfile começou a rumar aos Restauradores já depois das 15h30 e foi preciso mais de meia hora para que a cauda da manifestação pudesse chegar ao local dos discursos.

Empunhando cartazes, bandeiras, bastões e palavras de ordem os professores deixaram claro ao Ministério da Educação que não vão aceitar este ataque à escola pública. Todos os sindicatos de professores que integram a FNE marcaram presença, dando um colorido muito especial ao desfile. A liderar a caravana da FNE seguiram todos os presidentes dos sindicatos, seguidos por centenas de professores.

João Dias da Silva, secretário-geral da FNE destacou a forte adesão dos professores a esta manifestação como um claro aviso ao MEC para reverter o caminho seguido até aqui. No final, o balanço foi claramente positivo e a adesão a este protesto veio demonstrar que os professores estão atentos e não vão permitir a aplicação destas medidas.







PRECISAMOS DE OUTRAS POLÍTICAS

A EDUCAÇÃO EM AÇÃO POR UM FUTURO MELHOR



ENTRE 27 DE MAIO E 14 DE JUNHO OS SINDICATOS DA FNE PRECONIZARAM UMA FORTE CAMPANHA NAS ESCOLAS

A campanha arrancou a 27 de maio e com o lema “**Precisamos de outras políticas – a Educação em ação por um futuro melhor**”, percorreu o país de norte a sul, atravessou o Atlântico e estendeu-se até aos Açores e à Madeira.

Foram três semanas de uma forte ação de sensibilização, esclarecimento e mobilização dos professores e educadores, do pessoal não docente das escolas e da sociedade civil de uma forma geral, para a gravidade das medidas impostas pelo Governo aos trabalhadores da Educação e que põem em causa o futuro da escola pública. Esta campanha foi ainda oportunidade para esclarecer e mobilizar os trabalhadores para as greves marcadas para junho e para a manifestação de professores.

Realizaram-se dezenas de reuniões, plenários e sessões informais nas escolas para explicar aos professores e ao pessoal de apoio educativo todas as matérias que estavam em causa no momento em que se discutia a proposta do Ministério da Educação da mobilidade/requalificação e o aumento do horário de trabalho.



ABERTURA
DA CAMPANHA



PORTO



ÉVORA | PORTALEGRE | BEJA



TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO EM LUTA NO 1º DE MAIO

CONCENTRAÇÃO E CORDÃO HUMANO EM FRENTE AO MEC MARCARAM A DIFERENÇA

Centenas de Trabalhadores da Educação responderam à chamada e neste 1º de Maio iniciaram as comemorações de forma diferente. Vindos de vários pontos do país rumaram a Lisboa, e começaram as celebrações do Dia do Trabalhador com uma concentração em frente ao Ministério da Educação e Ciência (MEC), para dizer basta aos cortes cegos na Educação e reclamar uma verdadeira aposta no setor, como estratégia para o desenvolvimento económico de Portugal.

A concentração teve início logo pelas 13h30, com os Trabalhadores da Educação a afinar o coro de protestos na Av. 5 de Outubro. Bandeiras, cartazes, bastões, Zés – Pereira e bombos deram um colorido único aos protestos, que serviram para deixar uma mensagem especial relativamente à responsabilidade da tutela na preservação de uma escola pública de qualidade.

Os professores e os auxiliares de ação educativa vivem um momento de forte preocupação face ao futuro e por isso quiseram marcar a diferença nas comemorações do Dia do Trabalhador. Antes mesmo de seguirem para o Marquês do Pombal, onde iriam engrossar o desfile da UGT do 1º de Maio, realizaram um extenso cordão humano pela Educação. Uma iniciativa onde participaram centenas de pessoas que quiseram dizer que é fundamental investir no setor da Educação.





Maria Arminda Bragança (FNE) e José Diogo (MEC) durante a apresentação conjunta de uma comunicação sobre Auto-avaliação das Escolas em Portugal, na conferência ETUCE-CSEE/EFEE de Budapeste, em maio deste ano.



AS NOVAS TECNOLOGIAS NO COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR PRECOCE

A FNE participa num projecto do Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE) financiado pela Comissão Europeia, o qual teve início em Dezembro de 2011 e que conta com o envolvimento de sete organizações sindicais europeias: 5 pertencentes à UE (Portugal, Dinamarca, Holanda, Grécia e Eslováquia) e duas de dois países fora da UE, Azerbeijão e Rússia. O projecto “Os Sindicatos de Professores no combate ao abandono escolar precoce através do uso das TIC na educação”, tem como objectivo principal reduzir a percentagem de alunos que, na Europa, abandonam precocemente o sistema de ensino e apoiar os alunos em risco de exclusão da educação formal através do uso pedagógico das Tecnologias de Informação e Comunicação.

A metodologia deste projecto incluiu a participação de dois peritos nas áreas do uso das TIC na educação e no abandono escolar precoce na Europa, que estiveram presentes nas visitas a instituições de formação inicial de professores e escolas secundárias de quatro países parceiros, em que foram entrevistados directores, professores e alunos.

Em Portugal foram visitadas uma instituição de formação inicial de professores – o Instituto de Educação da Universidade de Lisboa – e os Agrupamentos de Escolas Eça de Queiroz e D. Dinis de Lisboa.

Terá lugar em Atenas um “workshop” onde se fará a análise dos relatórios dos quatro “case study”, procurando as diferenças e as similitudes no sentido de um debate mais aprofundado sobre uma questão tão relevante para muitos países europeus.

Em Fins de Novembro haverá uma conferência final em Bratislava de onde deverá sair uma posição do CSEE, que será trabalhada e comunicada à Comissão Europeia, no sentido de ser feita uma Recomendação sobre este tema a todos os países membros.

Toda a informação sobre este projecto poderá ser consultado no seguinte link: www.efe-eu.net

Escola Secundária Eça de Queiroz, Lisboa, entrevista com alunos



AUTO - AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS – UM PROJECTO CONJUNTO DE SINDICATOS E EMPREGADORES

A FNE no âmbito do Grupo de Trabalho nº 1 do Diálogo Social do CSEE, acompanhou o desenvolvimento do Projecto conjunto entre o CSEE e a EFEE (Federação Europeia dos Empregadores da Educação), sobre “A promoção da cultura da auto avaliação das escolas e dos Professores”. O projecto, com início em 2012, tinha como objectivo principal a elaboração de uma declaração conjunta entre sindicatos e empregadores do sector da educação sobre o tema acima referido. A metodologia incluiu contactos com os sistemas educativos da Holanda, Suécia e Chipre e as suas diversas estruturas.

Depois das visitas aos três países acima referidos, em que foi possível visitar escolas e ter contactos com as mais diversas estruturas com responsabilidades directas na gestão das escolas e no sistema de recrutamento de professores, houve uma conferência final, que teve lugar em Budapeste e onde se aprovou uma declaração conjunta do CSEE e da EFEE. Desta declaração é relevante destacar os seus pilares:

- **> CLARIFICAÇÃO** - A definição e objectivo da auto-avaliação das escolas e dos professores são importantes e deverão ser claramente assumidos;
- **> INCLUSÃO** – Deve ser considerado o modo como envolver os interesses de todos os parceiros: professores, directores de escolas, estudantes, pais e encarregados de educação, corpos docentes das escolas, empregadores locais, sindicatos e profissionais de apoio;
- **> SIMPLICIDADE** – A avaliação deve ser um processo simples
- **> CONSISTÊNCIA** – A avaliação de desempenho deve ser consistente, mas, simultaneamente, considerada como um processo contínuo de melhoria;

Esta declaração conjunta considera, ainda, que a avaliação de professores deverá ser uma parte institucional do processo de auto-avaliação das escolas.

A declaração termina afirmando que os sindicatos e os empregadores trabalharão em conjunto para atingir objectivos comuns, nomeadamente, melhorar a qualidade da educação tendo em conta o desenvolvimento profissional dos professores e dos directores das escolas, bem como o desenvolvimento e crescimento das escolas como comunidades do conhecimento.



JOÃO DIAS DA SILVA ABRE SEMINÁRIO EUROPEU SOBRE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO EM TEMPOS DE CRISE

O secretário-geral da FNE, João Dias da Silva, foi um dos três oradores na abertura do segundo encontro regional do projeto ETUCE *Sindicatos de Professores em Solidariedade por Locais de Trabalho Saudáveis e Seguros na Crise Económica, que se realizou* no dia três de junho, em Lisboa, sob orientação de Susan Flocken, por impossibilidade de Martin Romer. O pano de fundo deste seminário foram as *Perspectivas para uma Nova Estratégia Europeia de Saúde e Segurança 2013-2020*, prosseguindo a base de partida da comunicação da Comissão Europeia *Melhorar a Qualidade e Produtividade no Trabalho, que ditou a estratégia da Comunidade entre 2007-2012*, na mesma área. A apresentação do impacto dos riscos psicossociais na saúde dos trabalhadores: será que a Europa precisa de uma nova abordagem em tempos de crise?, a apresentação de resultados de um inquérito on line, a discussão de estratégias em sindicatos nacionais de professores tendo em conta a saúde e segurança em tempos de crise e a apresentação da gestão dos riscos psicossociais no sector da educação e o papel dos parceiros sociais em colocar esta política em prática foram alguns temas abordados neste seminário.

Algumas conclusões saídas do debate em plenário têm que ver com a melhoria da prevenção efectiva e da promoção da reabilitação e reintegração de trabalhadores, a integração da Saúde e Segurança no Trabalho (SST) em programas de formação, como confrontar riscos novos e riscos crescentes na promoção da saúde mental no local de trabalho, em tempos de crise, e ainda a promoção da SST a nível internacional. Abordou-se, a título particular, o plano de ação do **stress docente**, que se iniciou em 2007, e debateram-se as consequências do envelhecimento docente e o aumento da idade de reforma. Trabalhar para a prevenção (com acções de informação para docentes, directores e pais), investir na formação e fazer pressão sobre os governos são três grandes desafios que ficaram registados na ata de conclusões deste seminário.

FNE DEBATE EM LIUBLIANA APROXIMAÇÃO DA EDUCAÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO

O desenvolvimento da profissão docente em tempos de crise económica como um fator chave para os parceiros sociais em educação. Encontrar estratégias para estreitar os laços entre a educação e o mercado de trabalho foi o tema do seminário ETUCE (IE – região Europa) em que a FNE esteve presente, no passado dia 30 de maio, em Liubliana, capital da Eslovénia, com mais 58 participantes de 21 países.

Martin Romer iniciou os trabalhos com uma comunicação sobre *A Promoção da profissão docente em tempos de mudança como uma responsabilidade social dos sindicatos de professores e de empregadores da educação na União Europeia*, seguido por Bianka Stege, representante dos empregadores. Por sua vez, a americana Kristen Weatherby, analista sénior da OCDE, falou sobre *A profissão docente hoje e amanhã*, servindo-se dos dados do TALIS para analisar os desafios e necessidades atuais da profissão docente na Europa. Por sua vez, Paul Holdsworth, da Comissão Europeia, demonstrou que é necessário apoiar as profissões docentes para melhorarmos os resultados dos alunos e mencionou algumas estratégias de cooperação a nível de cada país. O francês Alain Michel abordou algumas reflexões sobre a atractividade da profissão docente na Europa, num contexto de crise económica.

Neste seminário ficamos a saber que os resultados do TALIS 2013 serão divulgados em Tóquio, em 25 e 26 de junho de 2014 e que o recrutamento para o TALIS 2018 começará no Verão do mesmo ano. Outra novidade: o TALIS está a trabalhar num estudo em vídeo sobre práticas letivas, para comparação internacional de informação.

A FNE explica à televisão nacional eslovena as nefastas consequências da crise económica na Educação em Portugal



FNE PARTICIPA NO LANÇAMENTO DA REDE INTERNACIONAL SOBRE ORGANIZAÇÃO SINDICAL

A FNE esteve presente no lançamento da ORGNET em Washington D.C., nos dias 8 e 9 de abril http://ei-ie.org/en/news/news_details/2541.

No âmbito deste projecto da Internacional da Educação (IE) pretendeu-se trocar experiências e boas práticas na área da dinamização e organização sindical. Durante estes dois dias os participantes debateram estratégias e experiências e participaram em mesas redondas relativas ao tema. Trocaram-se materiais e deram-se a conhecer diferentes tipos de ação sindical com vista à sindicalização, à participação ativa dos associados e às dinâmicas de trabalho, no âmbito da organização do trabalho sindical no terreno.



O objectivo desta rede é facilitar a troca de experiências entre os diferentes departamentos de organização dos sindicatos e permitir uma melhor comunicação entre os sindicalistas que trabalham na área da dinamização. As estratégias de sindicalização das diferentes organizações foram debatidas e foram apresentadas boas práticas e de ação sindical, passíveis de serem replicadas ou adaptadas nos diferentes países.

De salientar o compromisso da IE em manter esta rede ativa, de forma a contribuir para uma ação sindical cada vez mais eficaz.

RESNET DA INTERNACIONAL DA EDUCAÇÃO CUMPRE 9º ENCONTRO ANUAL EM BRUXELAS

A FNE esteve representada no 9º Encontro Anual do RESNET (Research Network Meeting), da Internacional da Educação (IE), que decorreu em Bruxelas, em dez e onze de abril do corrente ano. No primeiro dia de trabalhos actualizou-se informação sobre os estudos *Organização no Setor Privado*, *Mobilidade Internacional de Professores* (um trabalho global em que a federação colaborou através do Sindicato de Professores nas Comunidades Lusíadas), *Levantamento do Estatuto do Professor e*, finalmente, *Liberdade de Associação e Negociação Coletiva*. Abordaram-se ainda vários aspectos sobre uma iniciativa estratégica da IE, intitulada *Mobilização Para uma Educação de Qualidade para Todos*, no sentido de levar uma educação gratuita a milhões de habitantes do nosso

planeta, que dela ainda não desfrutam.

No segundo dia, os trabalhos focaram-se no *Envolvimento dos Sindicatos com os Governos*, no crescimento profissional dos professores e, por fim, em informação variada da OCDE, mais especificamente sobre a preparação do lançamento do PISA 2013 e alguns aspectos relacionados com o TALIS. Neste seminário, foi ainda apresentado um novo site, de nome *Education in Crisis* (www.educationincrisis.net) e foi pedida colaboração a todos os países presentes para o enriquecer.

Duas importantes conclusões destes dois dias de trabalho são que os sindicatos são a voz dos professores e que não podemos reduzir a Educação a um mero processo de aprendizagem, pois isto é o maior ataque que se pode fazer à própria Educação.

Research Network Meeting vai propor à OCDE um seminário em Paris 1 semana após saírem os resultados do PISA, que devem ser apresentados na cidade luz em 3 DEC deste ano.

GRUPO DE TRABALHO EDUCAÇÃO TUAC

Entre 29 e 30 de maio, decorreu no Centro de Conferências da OCDE, em Paris, uma reunião do grupo de trabalho de educação TUAC (Trade Union Advisory Committee), <http://www.tuac.org> sobre formação e política de emprego.



Do programa constavam temas relativos à agenda do TUAC: os resultados do terceiro encontro sobre a profissão docente, que se realizou entre 13 e 14 de março em Amsterdão, os resultados de um estudo sobre uma possível avaliação internacional de resultados do ensino superior; um debate sobre a inadequação de competências, a preparação do lançamento do relatório internacional de Programa para a avaliação internacional das competências dos adultos (PIAAC), programado para ser apresentado em Istambul, a 8 de outubro de 2013. Procedeu-se ainda a uma análise das políticas da educação em tempo de crise.

Foi apresentada a publicação *Teachers for the 21st Century: Using Evaluation to Improve Teaching* <http://www.oecd.org/site/eduistp13/TS2013%20Background%20Report.pdf> que aborda os temas da educação e pretende analisar a forma como os processos de avaliação podem contribuir para a melhoria da qualidade da docência. Este tema assume um papel relevante, numa época em que é pedido às escolas e aos professores uma transparência cada vez maior na forma como se procede à aferição dos resultados dos alunos e à avaliação do trabalho dos docentes.

Abordou-se também a questão das competências relacionadas com a formação inicial (*Skills mismatch – a myth or a real challenge? Implications for research, policy and educational institutions*), onde se procurou evidenciar a dificuldade em desenvolver na formação inicial as competências básicas necessárias para ingressar na vida ativa. Esta dificuldade está intimamente ligada à transição escola/emprego e influencia a forma como a escola organiza os seus processos de ensino aprendizagem.

O programa internacional de avaliação das competências dos adultos, *Programme for the International Assessment of Adult Competencies* (PIAAC) <http://www.oecd.org/site/piaac/>, foi referenciado como sendo uma importante ferramenta para mapear, referenciar e orientar as políticas de ensino dos diferentes governos. É importante comparar sistemas e analisar quais os pontos de contacto e as diferenças nesta área, com o intuito de criar sistemas cada vez mais integrados e coerentes entre si.

Por fim, os programas TALIS e PISA sofreram desenvolvimentos relevantes. Há uma proposta na mesa para a aplicação do programa PISA para as escolas, que permitiria ter uma perspectiva mais abrangente da forma como as escolas cumprem os seus objetivos. Quanto ao TALIS (OECD - *Teaching and Learning International Survey*), pretende analisar o ambiente de trabalho e de aprendizagem nas escolas e desenvolve estudos comparativos e entrevistas a docentes que permitam clarificar os processos de trabalho e de interação dos professores dentro das escolas <http://www.oecd.org/education/school/oecdteachingandlearninginternationalsurveytalishome.htm>

BREVES

EPE PENALIZADO

Em metade do Luxemburgo, na Alemanha, na Suíça e no Reino Unido o Ensino do Português no Estrangeiro perdeu mais de três mil alunos. Os números foram avançados pelo Sindicato de Professores das Comunidades Lusíadas, relacionando esta quebra com a introdução de uma propina de 100 euros.

A propina, aplicada pela primeira vez nas inscrições para o ano letivo 2013/2014, será apenas cobrada nestes quatro países, uma vez que países como a Espanha, a França e a Bélgica, onde a maior parte dos alunos frequentam aulas de português integradas nos serviços de ensino locais, não permitiram a sua introdução.

A rede do Ensino de Português no Estrangeiro (EPE) inclui cursos de português integrados nos sistemas de ensino locais e cursos associativos e paralelos, assegurados pelo Estado português, em países como a Alemanha, Espanha, Andorra, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, França, Reino Unido, Suíça, África do Sul, Namíbia, Suazilândia e Zimbabué.

RELATÓRIO DO CNE ALINHA COM AS NOSSAS PREOCUPAÇÕES

Foi divulgado em abril o relatório do Conselho Nacional da Educação (CNE) sobre o “Estado da Educação 2012 – Autonomia e Descentralização”. A FNE considera que, apesar dos progressos obtidos nos últimos 10 anos assinalados no documento, o relatório vem reforçar a exigência de investimento no setor, sob pena de pormos em causa todos os resultados atingidos.

Partilhamos de muitas das preocupações assinaladas pelo relatório do CNE sobre o estado da Educação em Portugal, como, aliás, temos vindo a denunciar há muito. O alerta do CNE para os efeitos negativos que mais cortes na Educação podem provocar no setor tem sido uma bandeira da nossa contestação. Partilhamos, a par com o CNE, dos receios face à ameaça de desinvestimento e temos vindo a denunciar, sucessivamente, que mais cortes na Educação significariam um recuo assinalável e poriam em causa as metas da União Europeia.

Saudamos ainda a apreciação feita pela presidente do CNE, Ana Maria Bettencourt que considerou que “há limites para os cortes. Não podemos ficar a níveis muito abaixo dos europeus. Em termos de financiamento, estamos numa situação em que, mais um pouco, e pode ser catastrófico”.

Congratulamo-nos ainda com a recomendação do CNE para o reforço de professores e psicólogos nas escolas com vista à diminuição das desigualdades no sucesso escolar dos nossos alunos.



SECRETARIADO NACIONAL SUBLINHA RESULTADOS DOS PROCESSOS NEGOCIAIS E DE LUTA

O Secretariado Nacional da FNE reuniu em Lisboa no dia 18 de julho, para fazer o balanço da ação sindical desenvolvida mais recentemente, com particular destaque para as negociações que ocorreram a propósito das propostas de aplicação do sistema de requalificação profissional e de crescimento do tempo de trabalho na Administração Pública.

Na apreciação da ata de conclusão das negociações e dos compromissos que aí ficaram assumidos em relação àquelas matérias, o Secretariado Nacional sublinhou que eles resultaram do forte empenhamento de todos os professores nas ações de luta desenvolvidas - greve às reuniões de avaliação, a greve geral da Educação e a manifestação nacional de professores, sem esquecer a Greve Geral de 27 de junho. Mas corresponderam também por inteiro às claras opções estratégicas que a FNE assumiu no processo negocial.

O Secretariado Nacional registou que já está assegurado, em relação ao próximo ano letivo, que a ameaça de desemprego ou de mobilidade especial ficou muito reduzida através das medidas que constam da ata negocial. Sublinharam-se especialmente as seguintes garantias: os docentes com pedidos de aposentação apresentados até 30 de junho de 2013 não terão serviço letivo distribuído; não haverá crescimento do tempo de trabalho letivo nem do tempo de trabalho não letivo de estabelecimento, independentemente da entrada em vigor de um eventual crescimento do tempo de trabalho na administração pública. Qualquer uma destas garantias tem reflexos muito importantes na segurança de emprego

essencial por respeito aos compromissos assumidos entre o Estado e os seus Trabalhadores. Mas que tem reflexos também ao nível da garantia de respostas educativas de acordo com as necessidades do País.

Mas também ficou consignado na ata de conclusão das negociações que a direcção de turma se mantém na componente lectiva dos docentes e que continuarão a ser respeitadas as reduções da componente lectiva que constam do Estatuto da Carreira Docente. Estes são outros dois fatores muito importantes para a garantia de segurança de emprego e que preserva a importância da direcção de turma.

Finalmente, o Secretariado Nacional relevou também o facto de se ter conseguido que a eventual aplicação de um sistema de requalificação profissional – se vier a ser estabelecido – ficou adiado, para já, para fevereiro de 2015.

No entanto, o Secretariado Nacional manteve o compromisso de continuar a lutar para que não seja estabelecido um regime de requalificação profissional que, nos termos em que para já está concebido, não é mais do que uma “via rápida” para o desemprego.

Do mesmo modo, o Secretariado Nacional manteve o compromisso de que continuará a lutar para que não seja aplicado um crescimento do tempo de tempo de trabalho na administração pública, que se revela inútil e sem resultados positivos para a melhoria das práticas e dos serviços disponibilizados.



LIVRO E DVD COMEMORATIVOS DO 30º ANIVERSÁRIO DA FNE

No dia 18 de julho, ocorreu em Lisboa uma sessão pública de apresentação de um livro e de um DVD comemorativos do 30º aniversário da FNE.

A sessão abriu com uma intervenção do presidente da FNE, Jorge Santos, o qual renovou o compromisso da FNE em relação aos seus valores originais e que a têm conduzido ao longo dos tempos e que foram a sustentação das suas opções reivindicativas.

Seguidamente, o investigador Alan Stoleroff, do ISCTE, fez uma conferência sobre os trajetos de ação sindical docente nos anos mais recentes, com particular incidência sobre os tempos correspondentes à revisão do ECD promovida pela Ministra Maria de Lurdes Rodrigues.

O investigador sublinhou particularmente as mudanças que se estão a operar na sociedade e entre os profissionais da educação, com destaque para as alterações geracionais que hoje marcam os docentes portugueses. A este propósito, este estudioso lançou um repto às organizações sindicais docentes para que modifiquem as suas respostas

de intervenção pública tendo em conta as novas realidades sociais, e em particular num tempo de crise económica e financeira.

Esta conferência integrou a apresentação de alguns dados estatísticos sobre a adesão dos docentes portugueses ao regime de avaliação de desempenho, quer no seu formato original, quer no formato que foi obtido com a Ministra Isabel Alçada.

De seguida, a sessão contou com uma apresentação feita por vários membros da equipa da “Pegada Criativa” pdf icon, a empresa a quem foi feita a encomenda do projeto de conceção e de elaboração do livro e do DVD comemorativos.

A terminar, o secretário geral da FNE referiu os aspectos mais salientes de cada uma das intervenções nesta sessão, sublinhando os desafios que as organizações sindicais têm de enfrentar nos tempos atuais, e às quais se exige uma intervenção estratégica e consistente.





saúde

Plano de saúde FNE / MGEN

A EUROPAMUT apresenta uma nova Solução de Proteção Saúde da MGEN, líder europeu de seguros pessoais mútuos, com mais de 3 milhões de membros.

Tem a garantia de renovação da sua apólice de Seguro de Saúde quando mais necessita dele? Independentemente da Idade e Estado de Saúde?

Descubra as vantagens da Proteção Saúde Mutualista, uma nova lógica que concede a todos e cada um o direito à proteção Saúde.

Sem discriminação, sem exclusões, sem limite de idade e se assim o entender para toda a vida.

Aproveite esta oportunidade e contacte já o seu sindicato

SPZN | SPZCentro | SDPGL | SDPSul | SDPA | SDPM | SPCL | STAAEZN | STAAEZC | STAAEZSRA

Saiba como aderir, planos de preços e condições através do portal da fne em:

www.fne.pt



NEGOCIAÇÕES NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A FESAP tem estado envolvida nos últimos tempos em negociações que se prendem com novas e significativas alterações ao regime de trabalho na administração pública. Ainda estão em curso essas negociações, mas houve algumas matérias que estiveram na mesa negocial e cuja negociação já terminou, nomeadamente: a requalificação profissional, o aumento do horário de trabalho para quarenta horas semanais, as rescisões por mútuo acordo, o aumento da percentagem de desconto para a ADSE. As negociações sobre estas matérias terminaram sem acordo entre a FESAP e o Governo.

Quanto à requalificação profissional, salienta-se que a discordância mais forte residiu numa questão de fundo, uma vez que para a FESAP este projeto de diploma possibilita de forma encapotada o despedimento de trabalhadores da administração pública. A FESAP considera inaceitável uma medida desta natureza, defendendo que é urgente e imprescindível fazer-se um levantamento rigoroso que possibilite o apuramento da eventual existência de trabalhadores em excesso ou em falta nos diferentes setores ou serviços, para que posteriormente se privilegiem os mecanismos da mobilidade geográfica, permitindo-se, dessa forma, uma gestão eficiente dos recursos da administração pública. Este projeto de diploma encontra-se na Assembleia da República, depois de ter sido colocado em discussão pública para ser apreciado e votado pelo Parlamento. A FESAP intercedeu junto dos grupos parlamentares com assento na Assembleia da República no sentido de os sensibilizar para a alteração de uma tal iniciativa.

Quanto ao aumento do horário de trabalho de 35h para 40h, a FESAP considerou inaceitável esta proposta que, como está provado por um estudo recentemente publicado, não trará aumento de produtividade, implicando uma diminuição do salário hora sem qualquer justificação aparente. Também nesta matéria a FESAP intercedeu de igual junto dos diferentes grupos parlamentares.

Quanto à proposta de aumento da contribuição dos trabalhadores, reformados e pensionistas para a ADSE, esta foi rejeitada pela FESAP, pois tal acréscimo implica uma diminuição do rendimento líquido e não foi apresentado qualquer estudo que indicie ser necessário tal aumento. Ainda sobre esta matéria, a FESAP continuou a reiterar o seu entendimento de que é fundamental participar na gestão dos recursos da ADSE.

Neste momento está em discussão na mesa negocial a proposta do governo de um anteprojeto de Lei do Trabalho em Funções Públicas. Sendo um documento complexo e extenso, o processo negocial desenvolver-se-á pelos próximos meses.

José Ricardo e Lucinda Manuela

PROPOSTA DE REVISÃO DA AEEP É UM RECUO DE MAIS DE DUAS DÉCADAS NAS CONDIÇÕES DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO PARTICULAR E COOPERATIVO

 A AEEP denunciou o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) em vigor e apresentou à FNE uma nova proposta para negociação cujas alterações fazem recuar as condições do exercício profissional dos docentes e pessoal não docente em mais de duas décadas.

Da proposta apresentada pela AEEP salientamos os seguintes aspetos:

AUMENTO DOS HORÁRIOS DE TRABALHO

O horário de trabalho é agravado em 5 horas semanais, passando para 40h o período normal de trabalho. A componente letiva dos professores pode ser de 30 horas semanais e a hora letiva passa a corresponder a 60 minutos;

ABOLIÇÃO DA COMPONENTE NÃO LETIVA DE TRABALHO INDIVIDUAL

O regime de horário de trabalho é alterado, deixando de haver distinção entre a componente não letiva de estabelecimento e a componente não letiva de trabalho individual.

TRABALHO DE 40 HORAS NOS PERÍODOS DE INTERRUPTÃO LETIVAS

Nos períodos de interrupção letiva cessa a distinção entre componente letiva e não letiva podendo o docente ser obrigado a exercer funções, nos estabelecimentos de ensino, dentro das 40h de trabalho;

REDUÇÃO DAS TABELAS SALARIAIS

As tabelas salariais são reduzidas globalmente em cerca de 40%, apresentando para o início da carreira da categoria A de docentes, o valor de 1.100 € e de 1.900 € para o nível de topo.

AGRAVAMENTO DOS SALÁRIOS EM ESTABELECIMENTOS DE PEQUENA DIMENSÃO

As tabelas salariais são, ainda, agravadas com uma redução adicional de 15%, no caso de estabelecimentos com menos de 100 alunos e de 30%, no caso de estabelecimentos com menos de 50 alunos;

AS PROGRESSÕES EM CARREIRA VÃO DEMORAR MAIS TEMPO

A estrutura das carreiras para os docentes são alteradas, passando apenas para 5 níveis, tendo cada nível a duração de 8 anos. Esta alteração tem como consequência a permanência de mais anos em cada um dos níveis, refletindo-se numa diminuição drástica de salários auferidos no tempo global da carreira.

A FNE reagiu no passado dia 11 de Junho com a apresentação de uma contraproposta fundamentada recusando as disposições gravosas que a AEEP pretende colocar nas condições de trabalho para os estabelecimentos do ensino particular e cooperativo.

A FNE empreenderá todos os esforços na negociação coletiva para que estas propostas não se concretizem.

A FNE, através dos seus sindicatos filiados, fará uma ampla análise com os trabalhadores docentes e não docentes do ensino particular e cooperativo procurando aprofundar as matérias que estão em cima da mesa das negociações com a AEEP, procurando as melhores soluções que respondam aos interesses dos trabalhadores em causa.

Mas devemos afirmar desde já que rejeitamos, nomeadamente, o princípio que parece que está subjacente a esta proposta de que seja através da diminuição da remuneração e dos direitos dos trabalhadores que se assegura a sustentabilidade e a eficiência dos estabelecimentos de ensino.

Paulo Amadeu

A REQUALIFICAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A INCONSTITUCIONALIDADE DO EVENTUAL DESPEDIMENTO DOS TRABALHADORES NOMEADOS

Em consequência da entrada em vigor da Lei nº 12-A/2008, de 27/02/2008, a LVCR, diploma que veio a extinguir o conceito jurídico de funcionário público na Administração Pública Portuguesa, artº 80º.1.d), da LVCR, passando os ex funcionários a serem denominados por trabalhadores da administração pública, o diploma em questão, entre outras medidas, ainda veio determinar que a relação jurídica de emprego público, passasse a ser estabelecida por três modalidades: nomeação para os trabalhadores que se encontram previstos no artigo 10º da LVCR, passando a nomeação a ser restrita às carreiras que envolvem o exercício de funções que contendem com o exercício de soberania por parte do Estado, pelo contrato de trabalho para o exercício de funções públicas, para os trabalhadores que se encontram previstos nos artigos 9º e 20º desta Lei, os ex funcionários, que transitaram para uma relação jurídica de emprego público tutelada por um contrato de trabalho em funções públicas, contrato regulamentado posteriormente pela Lei nº 59/2008 de 11 de setembro, o RCTFP, os que se encontram fora do artigo 10º da LVCR, e por último, a comissão de serviço.

Os trabalhadores da Administração Pública Portuguesa que estabeleceram a sua primeira relação jurídica de emprego público com o Estado Português, antes da entrada em vigor da LVCR, através do regime da nomeação, viram assim, a sua relação jurídica de emprego público passar para contrato de trabalho por tempo indeterminado, mantendo o vínculo da nomeação definitiva, por força do artigo 88º da LVCR, vínculo de nomeação definitiva que bastou para que o Tribunal Constitucional considerasse a LVCR não contrária à Constituição da República Portuguesa, na alteração da nomeação para contrato, como constatamos pela transcrição do Acórdão do Tribunal Constitucional nº 154/2010, «Com efeito, apesar de aí se prever que os atuais trabalhadores nomeados definitivamente que exerçam funções em condições diferentes das referidas no artigo 10.º transitam, sem outras formalidades, para a modalidade de contrato por tempo indeterminado, também aí se fixa um regime específico aplicável a essa categoria de indivíduos que não corresponde materialmente ao regime de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas estabelecido nesse mesmo diploma. Aliás, não só não existe tal correspondência como, em rigor, se verifica uma exclusão expressa do regime de cessação da relação jurídica de emprego público e de mobilidade que, não fosse tal exclusão, a esses trabalhadores seria aplicável, o constante do artigo 33.º do diploma, aí se salvaguardando ser-lhes aplicável o regime de cessação da relação jurídica de emprego público e de reorganização de serviços e colocação de pessoal em situação de mobilidade especial próprios da nomeação definitiva».

Perante o que o actual Governo se propõe, fazer com a dita Requalificação na Administração Pública, que prevê uma forma encapotada de despedimento dos trabalhadores da Administração Pública Portuguesa com o vínculo da nomeação definitiva, em total contradição com a doutrina do Acórdão aqui citado, estaremos em face da violação do artigo 2º da CRP, nomeadamente o princípio da confiança que o nosso texto constitucional confere a todos os cidadãos Portugueses, onde se incluem obrigatoriamente os trabalhadores da Administração Pública Portuguesa.

João Gois Ramalho-Presidente do STAAEZC



A FNE em parceria com a Optimus, criaram um produto especial e único para si ao qual apenas os professores sindicalizados terão acesso – O OPTIMUS ZERO. Trata-se de um tarifário que tem um custo de €10 mensais e que inclui comunicações ilimitadas para TODOS os números Optimus e TODOS os números Fixos. E ainda 50 Min ou 100 Sms para as outras redes.

Para além disso tem **BÓNUS de CARREGAMENTO**, por cada carregamento que efetuar nestes cartões recebe até ao dia 7 do mês seguinte 20% do carregamento efetuado. Ex: carrega €10 no dia 2 de Maio e até ao dia 7 de Junho são-lhe creditados €2. Este produto em loja tem o custo mensal de €20 e não tem bónus de carregamento.

Tarifário Optimus ZERO

	OPTIMUS	REDE FIXA	OUTRAS REDES
CHAMADA	€0	€0,11	€0,11
SMS	€0	€0,10	€0,10
MENSAIS	€10 (10 minutos 100 Sms)		
ATIVAR O CARTÃO	€0,00		

Tarifário Optimus Kanguru



Desconto em Equipamentos

Os associados dos Sindicatos da FNE depois de terem em sua posse um Cartão Optimus Zero Special edition apenas terão de se deslocar a uma loja oficial Optimus com esse mesmo cartão e o cartão do sindicato e ao adquirirem um telemóvel converte 50% do valor em Saldo no seu Optimus Zero. Ex: adquire um telemóvel de €100 e automaticamente receberá no momento na loja um carregamento de €50 euros no seu cartão.

Optimus Kanguru - Soluções para Internet Móvel

Com o Kanguru tem a internet sempre consigo!



Para além de ter a melhor internet móvel do mercado, só o Kanguru lhe dá 5GB de tráfego por apenas €20/ mês e sem compromisso! Já não tem de fazer contratos nem fidelizações! É só colocar este cartão Kanguru Special Edition numa pen, hotspot ou tablet, carregar com €20 e está pronto a navegar na internet com a melhor experiência de utilização! Por cada carregamento que realizar a Optimus dá-lhe um BÓNUS de 10% que receberá até ao dia 7 do mês seguinte. Ex: carrega €20 no dia 2 de Maio e até ao dia 7 de Junho são-lhe creditados €2 na sua internet móvel.

Qualquer dúvida que tenha em relação aos tarifários, ou a como efetuar o pedido de cartões a Optimus disponibilizou especialmente para si uma linha direta – 93 729 39 39.

geral@bizcell.pt



ISET – INSTITUTO DE EDUCAÇÃO EM EDUCAÇÃO E TRABALHO

O ISET procura em cada momento dar resposta às necessidades profissionais dos sócios dos Sindicatos membros da FNE e, nos últimos tempos, também aos seus descendentes. Foi com esta orientação que programámos

PLANO DE FORMAÇÃO 2013/2014

MESTRADOS

Administração Educacional

Cada vez mais indispensável a quem pretende assumir cargos de Gestão Escolar.

Animação Sociocultural

Uma boa alternativa de trabalho num setor carecido de profissionais que possam fazer um

acompanhamento de qualidade a nível social e cultural de crianças, jovens e idosos. Muitos professores contratados vivem a angústia de não saberem se vão obter um lugar nos quadros mas, sem deixarem de prosseguir esse sonho, podem encontrar aqui uma alternativa temporária a uma situação de desemprego. O mesmo pode acontecer aos jovens licenciados em situação de desemprego

LICENCIATURAS

Administração Educacional

Intervenção Educativa

Estas duas licenciaturas abrem horizontes a adultos e a jovens para um desenvolvimento de formação que é cada vez mais necessário hoje.

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO TECNOLÓGICA

Acompanhamento de crianças e jovens

Técnicas de Gestão e Administração Educacional

Estes cursos, de horário diurno, permitem obter uma qualificação profissional de nível 4 da União Europeia e dão acesso ao ensino universitário no ISET.

Destinam-se a jovens detentores do 12º ano e a indivíduos com idade igual ou superior a 23 anos com capacidade reconhecida

FORMAÇÃO ESPECIALIZADA

Administração Escolar

Supervisão Pedagógica e Formação de Formadores

Educação Especial – domínio emocional e da personalidade

As duas primeiras especializações são particularmente relevantes para o exercício de cargos de coordenação na escola. E a última dá acesso ao trabalho com crianças e jovens que requerem intervenção especializada

Para mais informações visite www.iset.pt ou telefone para 225073890



Caixa Geral de Depósitos



Cartões de Crédito FNE

Cartões exclusivos para membros da FNE que lhe oferecem a opção entre cashback ou seguro de saúde multicare.

A Caixa, em parceria com a Federação Nacional da Educação (FNE), disponibiliza duas versões dos atuais cartões de crédito Caixa ITIC e Caixa Classic, destinadas exclusivamente aos membros da FNE:

- **Cartão Caixa ITIC FNE(*)** (cartão internacional do professor), exclusivo para Professores;
- **Cartão Caixa Classic FNE(*)**, para Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação.

Ao aderir a um dos cartões FNE deverá escolher entre as duas versões disponíveis:

• Versão cashback para Fundo de Pensões

Ao optar por esta versão, acede a um cartão de crédito inovador que contribui para o seu Fundo de Pensões associado, ao reverter automaticamente até 1,5% do montante de compras que efetuar com o cartão.

• Versão Seguro de Saúde Multicare

Em alternativa ao cashback para o Fundo de Pensões, poderá optar por um Seguro de Saúde Multicare gratuito e exclusivo para associados FNE.

Versão Cashback

Na versão cashback, todas as compras (exceto transações em comerciantes de jogos de sorte/azar) efetuadas com o cartão darão origem a um valor de cashback, numa base

mensal, segundo os escalões assim definidos:

Escalões de Faturação Mensal (Distribuição em base mensal)

De 100 a 499,99 euros	De 500 a 999,99 euros	Acima de 999,99 euros
0,6%	1%	1,5% (a)

(a) Com um limite máximo mensal de 20 euros.

O cálculo é efetuado compra a compra, sendo que a percentagem de devolução a aplicar em cada compra é apurada em função do volume acumulado no período, por escalão, até à data dessa compra.

Ao aderir ao cartão FNE na versão cashback, temos também ofertas especiais para si se subscrever um dos três fundos de pensões - Caixa Reforma Ativa, Caixa Reforma Valor ou Caixa Reforma Prudente:

- Para subscrição inicial igual ou superior a 1.000 euros e inferior a 2.500 euros - oferta de 12 euros sob a forma de up's do fundo subscrito;
- Para subscrição inicial igual ou superior a 2.500 euros - oferta de 25 euros sob a forma de up's do fundo subscrito.

O fundo subscrito deverá ser o mesmo para o qual reverterá o cashback do cartão. Consulte toda a informação sobre estes fundos em www.cgdpensos.pt



www.cgd.pt
caixadirecta 707 24 24 24
24 horas por dia
todos os dias do ano

CARTÃO CAIXA ITIC FNE

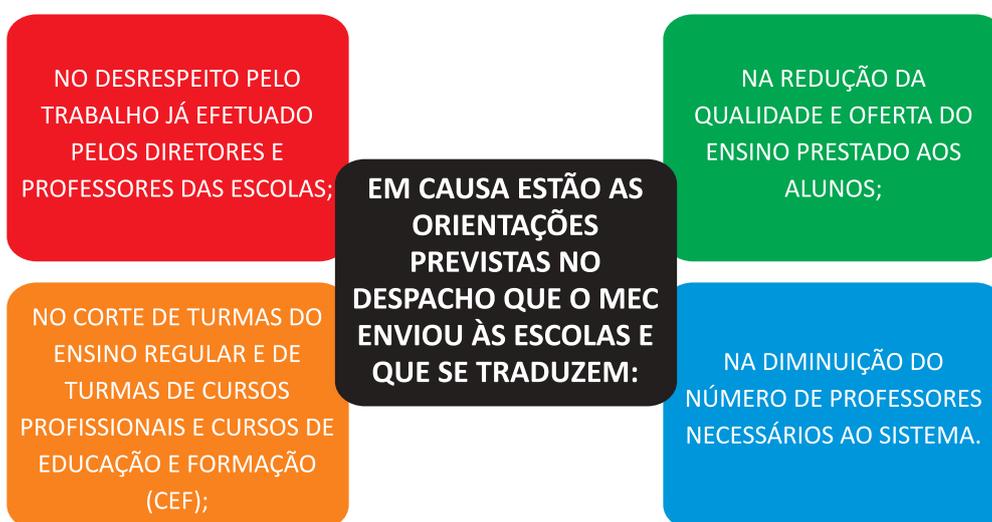
Aproveite as oportunidades únicas que temos para si. Para mais informações pode contactar o Serviço Caixadirecta através dos telefones: **707 24 24 24, 91 405 24 24, 93 200 24 24** ou **96 200 24 24** (disponíveis 24h/dia, todos os dias do ano), ou ainda dirigir-se a uma Agência da Caixa.

(*) **TAEG de 22,1%**, para um montante de € 1.500, com



FNE DENUNCIA MEDIDAS ANTI PEDAGÓGICAS

A Federação Nacional da Educação repudia as orientações enviadas às escolas, na tarde da passada sexta-feira, pelo Ministério da educação e Ciência (MEC) que alteram a rede escolar do próximo ano letivo. Consideramos que a importância de tais medidas deviam ter sido dadas a conhecer em tempo útil e não já depois de realizadas as matrículas.



A FNE considera que estas medidas de carácter anti pedagógico visam essencialmente a diminuição da oferta educativa com vista à redução do número de professores. Lembramos que as escolas estão obrigadas, até ao final do dia de hoje, de indicar o número de professores sem componente letiva, prazo manifestamente insuficiente dadas as orientações do MEC.

A FNE tudo fará para que tais medidas sejam reavaliadas pelo MEC de forma a que prevaleça uma rede escolar que tenha em conta os interesses dos alunos e a qualidade do ensino.



PROVA DE ACESSO À PROFISSÃO DOCENTE É UM CONTRA-SENSO

A FNE rejeita a proposta do Governo, atualmente em discussão, destinada à implementação uma prova de avaliação de conhecimentos dos candidatos aos concursos de seleção e recrutamento e que prevê uma nota mínima de 14 valores nesta avaliação para que possam exercer a profissão docente.

Desde logo a FNE manifestou-se contra esta proposta do MEC considerando que põe em causa a formação inicial. Consideramos que a realização de uma prova de avaliação de conhecimentos depois de efetuada a formação inicial de professores feita em instituições de ensino superior, que reconhecem através do respetivo diploma, carece de utilidade prática. A prova de acesso à profissão não é um instrumento fiável ao reconhecimento dos objetivos que o MEC lhe pretende associar. A FNE entende, ainda, que não se pode revogar o direito adquirido pelos professores contratados, em 24 de junho de 2010, ou seja, o da dispensa da referida prova.

Tendo em conta alguns aspetos específicos da proposta do Ministério da Educação consideramos oportuno fazer as seguintes considerações:

a constituição do júri nacional enquanto entidade interna da estrutura do MEC devia ser substituída por uma entidade independente e externa;

que a quantificação da prova também não tem sustentabilidade;

que os docentes contratados já avaliados anualmente não deviam estar de novo sujeitos a uma prova deste tipo;

que as escolas, locais onde se pretende que a prova seja realizada, deve ser alterada para locais que não sejam os mesmos onde os professores trabalham com os seus alunos;

não estão salvaguardados os direitos a tempos adequados para recurso do resultado da prova.

Em suma, a FNE mantém uma total oposição à realização de uma prova depois da formação inicial de professores feita em instituições de ensino superior, que reconhecem através do respetivo diploma que determinada pessoa reúne conhecimentos e competências para poder ser professor. O ministério quer fazer aquilo que nunca foi feito até agora, a regulamentação dessa norma do estatuto da carreira docente.

Não há qualquer razão para a existência desta prova. Consideramos no entanto que quando o professor é colocado numa escola deve ter um “período de indução” de um ou dois anos e ser acompanhado por um docente com “mais experiência e qualificações que o ajude a ultrapassar as dificuldades do dia-a-dia de ser professor. No final desse período, verificar-se-á se o docente reúne as condições para continuar na carreira docente. Esta seria uma solução preferível a esta solução que é iminentemente teórica e com uma duração de apenas duas horas que não nos parece suficiente para estar a determinar se uma pessoa reúne o conjunto de competência para ser professor quando isso já foi feito pelas instituições do ensino superior. Por outro lado, “também não achamos correto que um professor que serviu o sistema educativo durante 10, 15 anos seja agora sujeito a uma prova desta natureza. Estamos, desta forma, a desconsiderar o percurso de formação inicial e das instituições de ensino superior.

NOVO REGIME DE FORMAÇÃO CONTÍNUA EM DISCUSSÃO COM O MEC

As negociações para definir um novo regime jurídico de formação contínua dos iniciaram-se em finais de julho com o MEC a enviar aos sindicatos uma proposta e cuja intenção era fechar as negociações a 30 de julho. A FNE opôs-se claramente a esta intenção, uma vez que uma alteração do regime de formação contínua exige um debate mais alargado e consistente. Entendemos que a discussão do projeto que está em cima da mesa é demasiado importante para que a discussão se esgote tão rapidamente. Desta forma estaríamos a correr um sério risco de estar a limitar a participação dos agentes e atores diretos no desenvolvimento da formação contínua de professores.



De acordo com a proposta do MEC, enviada aos sindicatos, as alterações visam adequar aos novos tempos o enquadramento do regime da formação contínua de professores, através de planos de formação plurianuais e assentes em prioridades diferentes das prioridades hoje existentes. Face a esta proposta a FNE considera o seguinte:

deve ser assegurado o princípio da liberdade de escolha da formação pelas pessoas;

consideramos positivo o MEC reconhecer a necessidade de ações de curta duração. Por outro lado não entendemos o porquê de os responsáveis pela certificação tenham que ser apenas os centros de formação contínua de professores;

defendemos ainda o princípio da gratuidade da formação contínua para efeitos de progressão na carreira.



FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO



Sessão de apresentação do livro e do DVD
comemorativos do 30.º aniversário da FNE



30
ANOS
1982-2012



fne
Federação Nacional
da Educação

